



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0003870-19.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **BO, OF - 536/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 511/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **EDSON REIS DA SILVA**
 Vítima: **Barbara Ordonho Marin**

Aos 17 de março de 2015, às 15:50h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito **Dr. Ju Hyeon Lee - Juiz de Direito Substituto**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu **EDSON REIS DA SILVA**, acompanhado de defensor, o **Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro - Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. **Pelo Ministério Público foi dito** que desistia da inquirição do policial militar Evandro Luis Baptistella. **Pela defesa foi dito que desistia** da inquirição de todas as testemunhas de defesa, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: **EDSON REIS DA SILVA**, qualificado a fls. 11, previamente ajustado com o adolescente infrator Odilon José dos Santos Neto, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso II e IV, c.c artigo 14, inciso II, ambos do CP, porque em 15 de abril de 2014, por volta de 10h40, na Rua Massao Matubaro, 171, Azulville, em São Carlos, previamente ajustados e com unidade de desígnios, tentaram subtrair, para proveito comum, bens que guarneciam a residência da vítima Barbara Ordonho Marin, somente não se consumando seus intentos por circunstâncias alheias. O denunciado e o menor infrator, valendo-se da falta de vigilância do local. Para tanto, pularam o muro da residência da vítima e adentraram no quintal, dando início à execução do feito. Em seguida, passaram a forçar a porta da sala, visando arromba-la. Contudo, a vítima ouviu barulhos e olhou pela janela, momento em que a vítima os avistou se assustando e começando a gritar, fazendo com o adolescente e o denunciado se evadissem. Ato contínuo a vítima acionou a polícia militar, que conseguiu deter o denunciado, o adolescente infrator e outro adolescente, de nome Thainã Mirando de Oliveira, que havia se encontrado com ambos. A ação é procedente. A vítima ouvida confirmou os fatos narrados na denúncia, dizendo que surpreendeu o réu e mais um outro indivíduo, menor, quando os mesmos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

forçavam a porta de sua casa. A vítima disse que o réu acabou pulando o muro de sua casa, comprovando a qualificadora da escolada, além do laudo de fls. 52/53 e fotos de fls. 54/56. O laudo informou que o muro tem altura de 2,30 m, que apresentava "sujidades oriundas de escaladas nas duas faces do muro". A vítima reconheceu o réu em audiência. O policial ouvido também confirmou que recebeu descrições dos autores do crime pela vítima. Acabou encontrando o réu e os comparsas nas proximidades do local. O réu confessou o delito. Assim, ficou caracterizado o crime da denúncia, tendo em vista que o crime só não se consumou em razão dos gritos da vítima e pedido de socorro, isto é, por circunstâncias alheias às vontades dos agentes. Também o concurso de agentes restou comprovado, conforme prova oral produzida. Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, considerando-se que o réu Edson é reincidente (conforme certidão juntada em audiência), com ponderação do roubo qualificado em concurso formal. Também se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva, já que o réu, após a prática do delito em questão (beneficiado com liberdade provisória) praticou outro crime gravíssimo. Assim, aguardo fixação de regime fechado para início de cumprimento de pena, não podendo o réu recorrer em liberdade. **Dada a palavra à DEFESA:** "MM. Juiz: O réu é confesso. A confissão harmoniza-se com o restante da prova, autorizando o reconhecimento da atenuante. Trata-se de réu primário. A única certidão de objeto e pé existente demonstra que o roubo da anterior condenação foi praticado em 08/09/2014, com trânsito em julgado da sentença condenatória em 12/12/2014. O fato destes autos teria ocorrido em 15/04/2014, ou seja, antes de qualquer condenação. Portanto, o conceito de reincidência previsto no artigo 63 do CP não está preenchido, sendo equivocada o pedido ministerial de reconhecimento da reincidência. Como bem observado pelo Ministério Público o fato não passou da esfera da tentativa, e considerando-se que não houve sequer contato com as coisas que seriam subtraídas, é de rigor a redução máxima. No mais, requer-se pena mínima, benefícios legais e a concessão do direito de recorrer em liberdade, já que nessa condição o réu respondeu à acusação, comparecendo inclusive hoje em juízo, o que demonstra espírito colaborativo e a ausência de conduta que busque frustrar a aplicação da lei penal. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. EDSON REIS DA SILVA, qualificado a fls. 11, previamente ajustado com o adolescente infrator Odilon José dos Santos Neto, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso II e IV, c.c artigo 14, inciso II, ambos do CP, porque em 15 de abril de 2014, por volta de 10h40, na Rua Massao Matubaro, 171, Azulville, em São Carlos, previamente ajustados e com unidade de desígnios, tentaram subtrair, para proveito comum, bens que guarneciam a residência da vítima Barbara Ordonho Marin, somente não se consumando seus intentos por circunstâncias alheias. O denunciado e o menor infrator, valendo-se da falta de vigilância do local. Para tanto, pularam o muro da residência da vítima e adentraram no quintal, dando início à execução do feito. Em seguida, passaram a forçar a porta da sala, visando arromba-la. Contudo, a vítima ouviu barulhos e olhou pela janela, momento em que a vítima os avistou se assustando e começando a gritar, fazendo com o adolescente e o denunciado se evadissem. Ato contínuo a vítima acionou a polícia militar, que conseguiu deter o denunciado, o adolescente infrator e outro adolescente, de nome Thainã



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Mirando de Oliveira, que havia se encontrado com ambos. Recebida a denúncia (fls. 60), houve citação e resposta escrita (fls. 71/72), sendo o recebimento mantido (fls. 74). Nesta audiência foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu reconhecimento da atenuante da confissão, redução máxima pela tentativa e benefícios legais. Subsidiariamente, pena mínima e benefícios legais. **É o Relatório. Decido.** O policial ouvido também confirmou que recebeu descrições dos autores do crime pela vítima. Acabou encontrando o réu e os comparsas nas proximidades do local. O réu confessou o delito. Assim, ficou caracterizado o crime da denúncia, tendo em vista que o crime só não se consumou em razão dos gritos da vítima e pedido de socorro, isto é, por circunstâncias alheias às vontades dos agentes. Também o concurso de agentes restou comprovado, conforme prova oral produzida. Primeiramente, no tocante à materialidade do delito, o laudo de fls. 52/53 e fotos de fls. 54/56 demonstra claramente que houve tentativa do crime de furto qualificado. A declaração da vítima e a confissão do réu também corroboram a hipótese do crime descrito na denúncia. Quanto à autoria, também inexistente qualquer dúvida. A vítima reconheceu com certeza o réu como autor dos fatos. Outrossim, a testemunha de acusação e a confissão do réu reforçam de forma categórica a autoria dos fatos. Por fim, no que tange às qualificadoras do artigo 155, parágrafo 4º, incisos II e IV, do CP, foram devidamente comprovados pelo laudo, prova testemunhal, declaração da vítima e a confissão do réu. O reconhecimento da reincidência não merece prosperar, pois o caso em tela não se subsume ao disposto no artigo 63 do Código Penal, motivo pelo qual o réu deve ser considerado primário. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido do Ministério Público e **condeno** Edson Reis da Silva, como incurso no artigo 155, parágrafo 4º, incisos II e IV, do Código Penal. Passo a dosar a pena. Na primeira fase da dosimetria da pena, como existem duas circunstâncias qualificadoras, a pena-base deve partir de 03 (três) anos de reclusão. Em razão de Maus antecedentes, condenação noticiada na certidão da 2ª Vara Criminal, a pena deve ser aumentada em 1/8, motivo pelo qual fixada em 03 (três) anos, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 11 (onze) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Na segunda fase, a confissão enseja a diminuição da pena em 1/3, motivo pelo qual fixo a pena intermediária em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Na terceira fase, em razão do reconhecimento da tentativa, a pena deve sofrer diminuição de 2/3 em razão o *iter criminis* percorrido. Dessa forma, fixo a pena definitiva em **09 (nove) meses de reclusão e 03 (três) dias-multa**, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Por ser primário, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime aberto**, nos termos do artigo 33 e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. O réu não poderá apelar em liberdade, pois constam dos autos que o réu voltou a praticar crime (condenação por roubo), o que revela a conduta voltada para a prática de crimes, subsumindo a hipótese do artigo 312 do CP. Portanto, para se assegurar a ordem pública,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

deve ser decretada a prisão preventiva. Com base no artigo 44 do CP, uma vez presentes os requisitos, **converto a pena privativa de liberdade em restritiva de direito, consistente na prestação de serviços à comunidade**. Após o trânsito em julgado, lance-se seu nome no rol dos culpados. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Camila Laureano Sgobbi, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):